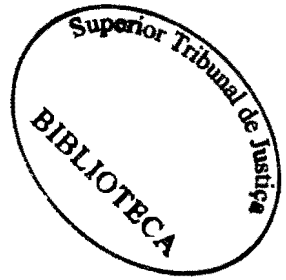


MAURO MESSIAS



Execução provisória da pena
e a crítica de
Dworkin
ao pragmatismo





Belo Horizonte
Av. Brasil, 1843,
Savassi, Belo Horizonte, MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007

São Paulo
Av. Paulista, 2444,
8º andar, cj 82
Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Mauro Guilherme Messias dos Santos.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Araez

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Nathália Torres
(A Escola de Atenas [1510] por Rafael Sanzio)

Diagramação Bárbara Rodrigues da Silva

Catálogo na Publicação (CIP)

1168856

Santos, Mauro Guilherme Messias dos
S237 Execução provisória da pena e a crítica de Dworkin ao pragmatismo / Mauro Guilherme
Messias dos Santos. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
140 p.

ISBN 978-65-5059-079-6

1. Direito. 2. Direito Penal. 3. Dworkin, Ronald, 1931-2013. I. Título.

CDDir: 341.5

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Listas	11
Lista de ilustrações	11
Lista de tabelas	11
Lista de abreviaturas	12
Introdução	13
1. O princípio da não culpabilidade ou do estado de inocência	17
1.1. ● processo constituinte brasileiro e o princípio da não culpabilidade: a opção por uma Constituição analítica e o nascedouro da exigência do trânsito em julgado para a formação da culpa penal	20
1.1.1. A Comissão “Afonso Arinos”	21
1.1.2. A Assembleia Nacional Constituinte	22
1.2. Sentido político, formal e substancial do estado de inocência	28
1.2.1. Regra probatória ou regra de julgamento	29
1.2.2. Regra de tratamento	31
1.2.3. Regra de garantia	34
1.3. A positivação do estado de inocência em diplomas nacionais e internacionais	35

2. As interpretações conferidas pelo STF acerca do princípio da não culpabilidade e a execução antecipada do acórdão condenatório recorrível: Os doze mais fortes argumentos..... 41

2.1. As primeiras duas décadas da Constituição de 1988.....	41
2.2. Ano de 2009 e uma mudança de rumo: o HC n.º 84.078/MG.....	42
2.2.1. O argumento convencionalista.....	43
2.2.2. O argumento do processo constituinte brasileiro.....	45
2.2.3. O argumento literal e breves considerações hermenêuticas.....	47
2.2.4. O argumento da mera devolutividade dos recursos excepcionais.....	51
2.2.5. O argumento de direito comparado.....	55
2.3. Ano de 2016 e o retorno ao <i>status quo ante</i> : o HC n.º 126.292/SP.....	58
2.3.1. O argumento dos recursos protelatórios e o argumento da mutação constitucional.....	59
2.3.2. O argumento do núcleo essencial.....	63
2.3.3. O argumento da vedação à proteção penal deficiente.....	67
2.4. Ano de 2018: o rumoroso HC n.º 152.752/PR e a ADC n.º 54.....	71
2.4.1. A jurisprudência “lotérica”, a ausência de segurança jurídica e algumas incoerências.....	73
2.4.2. O argumento estatístico.....	80
2.4.3. O argumento da constitucionalidade espelhada e o argumento da superlotação carcerária.....	85
2.4.4. Ano de 2019 e o fim do vaivém jurisprudencial: o julgamento conjunto das ADCs.....	92

3. A crítica da teoria do Direito. Pragmatismo versus Direito como integridade..... 95

3.1. Do utilitarismo em Bentham à autonomia em Kant.....	98
--	----

3.2. A dignidade da pessoa humana em Dworkin e a sua inspiração kantiana.....	103
3.3. Argumentos de política e argumentos de princípio.....	106
3.4. A promessa pragmática de um futuro melhor.....	115
Considerações finais.....	121
Referências	125